

ATA N.º 4/2022**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2022**

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas e quinze, no Auditório da Biblioteca Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, datada de vinte e um de setembro do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 -** Apreciação da Atividade Municipal/Informação do Auditor Externo referente ao 1.º Semestre de 2022;
- Ponto 2 -** Análise, discussão e votação da dissolução da Promopesqueira - Associação para o Desenvolvimento Local e Turístico de São João da Pesqueira.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu a sessão apresentando os cumprimentos ao Senhor Presidente do Executivo, membros da Assembleia e funcionários do Município.

O Senhor Tiago Silva procedeu à chamada verificando-se as ausências da Senhora Ricardina Aguiar, que justificou a falta, e do Senhor José Fernando dos Santos, que não justificou a falta. A Senhora Vereadora Susana Carvalho também justificou a falta.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou ao plenário um minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor Mário de Sousa Morais, da freguesia de Riódades, que muito contribuiu para a cultura local e apoio social na sua freguesia, bem como para a criação da Banda de Música, sendo que também havia desempenhado funções no Lar de Riódades.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou aos membros da Assembleia eleitos para as várias comissões que informassem se tinham sido realizadas reuniões e quais os assuntos discutidos. Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia prosseguiu com a reunião.

Colocou à consideração da Assembleia a dispensa da leitura da ata e, como ninguém se opôs, abriu inscrições para correções da mesma.

A Senhora Lourdes Marinho interveio, referindo que as atas são sempre tendenciosas e se espalham em explicações do Executivo. Nos dizeres da mesma, com todo o respeito que me merece o Senhor Presidente da Assembleia, o ónus da culpa não é de quem redige as atas, mas sim de quem as deixa sair assim. E sugeriu as suas correções.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que iriam ser feitas as correções ao texto. Porém, as correções às intervenções, só após ouvir a gravação para confirmá-las.

De seguida, colocou a ata a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com as abstenções da Senhora Lourdes Marinho, António Balça, Carlos Carvalho, Cláudia Martins e João Carlos Cardoso.

Continuou com os trabalhos, dando nota da correspondência recebida, e lembrou que a mesma fica arquivada na pasta anexa ao livro de atas.

Abriu as inscrições para que os membros da Assembleia pudessem intervir no período antes da ordem do dia com assuntos de interesse para o Município.

Inscreveu-se o Senhor Vítor Tomé, cumprimentou os presentes, e sugeriu que a ata fosse preparada mais cedo, de modo a ser enviada para toda a gente. Nos dizeres do mesmo, já que defendemos tanto as novas tecnologias, a ata devia ser enviada por e-mail para que as pessoas corrigissem aquilo que entendessem, sem ser na Assembleia, o que evitava este tipo de situações. Referindo-se à D. Maria de Lourdes, por quem tem o máximo de respeito, e além disso tendo-a como exímia na questão do português, deixou a sugestão que fosse aproveitada para ajudar a redigir as atas. Isto porque, no seu entender, os assuntos não deveriam ser revistos em plena Assembleia, uma vez que isso toma demasiado tempo e acaba por ser prejudicial à Assembleia. A seu ver, no término de um mês a ata devia ser mandada para toda a gente, de modo a ser retificada, evitando correções.

Alternando de tema, o Senhor Vítor Tomé alertou para o facto de, na localidade de Pereiros, junto ao antigo café, não haver sinalização de paragem de autocarros, o que faz com que os automobilistas estacionem ali. Quando tal acontece em horário das refeições, o autocarro não consegue virar, gera-se uma confusão, causa constrangimento a quem está a almoçar, porque têm de retirar as viaturas, e tal só acontece porque não há sinal de paragem de autocarros ou sinal a proibir o estacionamento. Isto era evitável com a colocação de uma placa de paragem de autocarro e de proibição de estacionamento.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor António Balça, que cumprimentou os presentes, e corroborou da opinião do antecessor: ou convidam a Senhora Maria de Lourdes para elaborar a ata ou, no entendimento dela, todos os pontos da ata estão mal. E se assim é, e se a Senhora Maria de Lourdes quer a ata à sua maneira, deveria ser convidada para a elaboração da mesma.

Prosseguiu, dizendo que leu a ata da última Assembleia, onde foi dito que a função de dar os parabéns ao Executivo era do Professor Joaquim Carvalho. Em abono da verdade disse que já o ouviu elogiar e também já o ouviu questionar. E, se questiona, é porque quer pôr o Executivo a pensar!

No entanto, também ele estava para elogiar, tendo começado pelo evento mais recente: a Vindouro. Na sua opinião, a melhor Vindouro de sempre! 80 expositores de vinho, do melhor que se produz na região, contando com a presença do Senhor Presidente da República e da Ministra. Opinou que essas presenças dão mais visibilidade ao Evento, e tudo isso graças à divulgação e trabalho que o Presidente da Câmara tem para levar longe o nome da Pesqueira.

Prosseguiu, dizendo que não ouviu falar, nem viu em ata nenhuma, que a nossa região fora escolhida, em Bruxelas, para cidade Europeia do Vinho. Sob o seu ponto de vista é um excelente prémio e é consequência da visibilidade que os autarcas da CIM Douro (onde o nosso Presidente está, com uma voz bastante ativa) estão a dar à região do Douro.

Mudando de tema, referiu-se às obras das Bateiras, alegando que há muitos anos se falava na necessidade desta obra, mas em verdade só agora estava a ser uma realidade. Obra essa que terá ainda mais visibilidade à medida que a estrada nacional 222 – que tanta falta faz ao nosso Concelho – for sendo requalificada. A seu ver, com maior ou menor dificuldade, o Senhor Presidente levará a cabo esta obra e a da Estrada Pesqueira – Ferradosa. Realçou, pois, que, para além das festas, também se vê muita obra.

Dirigiu-se à pessoa do Senhor Presidente para perguntar como se encontrava a proposta feita pelo próprio, na CIM Douro, acerca da fixação de uma taxa às embarcações turísticas a favor dos Municípios. No seu entender, se o Porto e Lisboa podem cobrar uma taxa turística (no caso do Porto ronda os oito milhões de euros, por ano, de receita adicional) então os Municípios do Douro também o devem fazer, até porque, no Verão há muita embarcação a circular no rio Douro.

Prosseguiu, dizendo que numa edição da revista Envelhecer esteve em destaque o nosso concelho, sendo que o Senhor Presidente enumerou, e muito bem, os apoios dados aos nossos idosos, desde os passeios lúdicos, à ceia de Natal a eles dedicada. Porém, indo mais longe, frisou o facto de o concelho se poder orgulhar de dispor de quatro instituições para idosos, desde IPSS's a Lares, e estes contarem adicionalmente com o apoio financeiro da Câmara.

Terminou a sua intervenção, aludindo à visita do Presidente do PSD, recentemente eleito, ao distrito de Viseu, visitando essencialmente as sedes dos concelhos. Sob esta matéria, e porque também tem uma costela do PSD, dirigiu-se ao Senhor Presidente, dizendo que só tinha visto o Presidente do PSD a visitar Trevões, e perguntou: não o quis receber?!

De seguida tomou a palavra o Senhor João Carlos Cardoso, que cumprimentou os presentes, e começou por referir que os últimos três meses têm sido a prova das alterações climáticas, que estão a influenciar a nossa vida, daí trazer esse assunto para debate. Disse que, após ter ouvido vários especialistas e diversos debates, ficou com a certeza de que uma das alternativas é fazermos represas ao longo dos nossos riachos, para podermos reter a água das nossas nascentes e da pouca chuva que cai no nosso território, sem pôr em causa os caudais ecológicos, e assim evitar que a maior parte dessa água chegue ao Oceano. Na sua opinião, este assunto deve unir a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia para, em conjunto, arranjar uma solução. Entende que a questão das represas pode não reunir consensos e até criar discórdias (porque terão que se invadir terrenos privados) mas teremos que fazer esse esforço para que, no futuro, não deixemos de regar as nossas hortas, os nossos jardins ou até vermos a água das nossas torneiras racionada, uma vez que este pode ser o primeiro de muitos anos em que este

problema nos bate à porta. Referiu que existe distribuição de água no nosso concelho há mais de 40 anos, sendo que, o que na altura era ótimo, hoje tem um défice porque os nossos hábitos mudaram e as alterações climáticas provocaram também mudanças. Com a sua intervenção quis deixar clara a sua preocupação em relação a esse assunto, sem estar a procurar culpados, uma vez que essa preocupação só terá culpados se nada fizermos. Reiterou a sua disponibilidade total em relação ao assunto, pois é um tema que não pode ficar na gaveta.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra à Senhora Marcolina Sequeira, que cumprimentou os presentes, e endereçou os parabéns ao Executivo pela Vindouro. Na sua perspetiva, apesar de haver sempre quem critique, é um evento que promove o concelho. Independentemente disso, a Vindouro é também importante pelo retorno que traz para os diferentes setores comerciais, e ajuda a enfrentar a crise enorme que estamos a atravessar. Referindo-se especificamente à crise agrícola, disse que a mesma também é provocada por fatores meteorológicos, e o poder de compra da nossa população (que vive da agricultura) é cada vez menor, sendo que o comércio do concelho se ressentiu. Nesta ótica, é uma mais-valia o retorno que a Vindouro traz, pois ajuda a que os comerciantes encontrem o equilíbrio para o resto do ano.

Mudando de assunto, a Senhora Marcolina Sequeira quis saber o porquê da substituição da vereadora Lurdes Veiga e aproveitou para dar as boas-vindas ao Vereador Jorge, desejando-lhe um bom mandato.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra à Senhora Maria de Lourdes, que começou por agradecer as palavras do Senhor Vítor Tomé. Nos dizeres da mesma, entende que não tem obrigação nenhuma, nem quer tomar parte na elaboração das atas, sublinhando que há muita gente boa para o fazer, competindo-lhes a eles, como outrora lhe competiu a ela. Mas, segundo a mesma, na altura havia muita oposição e queriam que se colocasse tudo *ipsis verbis*, o que dava muito trabalho.

Aludindo ao tema do clima, referiu que, apesar de não se ver, podemos apreciar indiretamente os seus efeitos e todas as características da vegetação natural na ocorrência de fenómenos de extrema seca, entre outros. Disse que o tempo destinado a alertar as pessoas para as alterações climáticas passou e que são horas de começarmos a agir. Referindo-se à grande quebra da produção vinícola, e porque a economia maior do nosso Concelho é a vinha, focou a sua intervenção neste item, dizendo que há estudos (que vêm sendo feitos há dez anos) acerca de como estudar as videiras e o seu poder de resiliência às secas, sendo que gostaria de ver esse assunto abordado. Nos dizeres da mesma, em primeiro lugar, o Senhor Presidente devia ter um bocadinho a humildade de convocar os agricultores para saber quais são os seus anseios, quais são as suas dificuldades, trocar ideias sobre isso. Até porque existe o Centro de Estudos na Quinta de Santa Bárbara (com o qual houve um protocolo com a Senhora Ministra da Agricultura), estando englobada a Escola Profissional - e muito bem - com um milhão de euros para gastar, e gostaria de saber o que é que esse Centro de Estudos, com esse

protocolo já começou a fazer. Na sua opinião, nada. Porquê? Porque, ao longo do tempo, sempre foi um Centro de Estudos que funcionou muito bem, mas é hora de, com esse protocolo que foi feito com a câmara (depois de ouvir as queixas dos produtores) estudar as nossas videiras. Segundo a mesma, as videiras mais antigas são as mais resistentes, mas plantam-se cada vez mais vinhas novas! Ora, se estamos à espera que essas vinhas novas cheguem a velhas, vão-se desgastando, sendo horas de começar a pensar nesses estudos.

Mudando de tema, quis saber o que é que a câmara está a pensar fazer para apoiar a baixa de recursos da nossa população, uma vez que os preços da alimentação e transportes estão a aumentar, a inflação está a subir e os ordenados pouco sobem. Assim, os agricultores também começam a ter as suas dificuldades, e urge saber qual é o plano estratégico que a câmara vai adotar para ajudar. A seu ver, as pessoas que ganham o dia-a-dia no campo são as mais salvaguardadas, porque quem precisa do trabalho deles tem que lhes pagar, e muitas vezes, como acontece em Ervedosa, até já fazem o preço e fica caro. No entanto, o agricultor que vive só da vinha, esse tem que ser mais salvaguardado pois tem que pagar aos outros, e nesses casos tem que haver apoios, alertando para o facto do programa PRR contemplar isso tudo, não se devendo deixar ir o PRR para o lado que o governo quer canalizá-lo.

Também salientou uma coisa muito discutida, a que o Senhor Balça fez referência e que também ela, quando esteve no último mandato do Senhor Zeca Tulha referiu, e que passa por estabelecer uma espécie de portagem aos barcos de turismo que sobem o rio. Reforçando a ideia do Senhor Balça, e até porque vai haver obras na estrada 222, devia atentar-se naquele escarro de muro construído em betão, propriedade do Senhor Silva Reis. Disse haver maneiras de se compor, não sendo preciso pedir a ninguém, bastando dar-se comunicação às Infraestruturas de Portugal. Deixou a ideia de se convidar uma pintora, ou uma grafiti, aludindo ao exemplo de Moimenta da Beira, onde há torres eólicas com pinturas da Joana de Vasconcelos, por exemplo. Na sua opinião, há grafites que pintam (na cidade do Porto, em qualquer vila, em qualquer sítio) devendo fazer-se ali qualquer coisa alusiva ao Douro. Terminando, sugeriu que se pedisse autorização às estradas de Portugal, para que deixassem plantar na berma (que tem lá valeta e tem rampa) vinha virgem, que se espalha com muita rapidez e, assim, tapava-se o muro.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para que este respondesse às questões colocadas. O Senhor Presidente da Câmara deu nota da situação das águas, dizendo que a situação está mais ou menos controlada. Informou que o Município deixou de fazer regas, resolveram algumas fugas, abriram furos em algumas freguesias e estavam a dedicar atenção à ETAR da Pesqueira, de forma a poderem utilizar as águas. Referiu que a Câmara tem sido apontada como exemplo daquilo que fez, quer pelas Águas do Norte quer pelo próprio Ministério, quer pela APA. Divulgaram alguns quadros daquilo que iriam fazer durante os meses de junho, julho e agosto, e houve reduções no

consumo de 29,8%. Prosseguiu, dizendo que o facto de ser exemplo dá alguma visibilidade, mas o trabalho ainda não terminou em relação a essa questão.

Mudando de assunto, e em relação ao Tribunal, informou que teve reunião com o Secretário de Estado Adjunto da Justiça, o Dr. Jorge Costa, e com a Presidente da DGAS. Disse que a reunião correu muito bem. Segundo disse, em abono da verdade, não tem nada a ver com PSD e PS, tem a ver com o Governo, este Governo é do PS, o anterior também era do PS, conseguiu-se alguma coisa no nosso mandato anterior (como, por exemplo, que se realizassem os julgamentos todos) e isso está a acontecer, mas o que pretende é ter a Instância local.

Em relação às obras, e pese embora o facto de as obras, por vezes, atrasarem, referiu estarem no bom caminho. Referindo exemplos de obras, notou que a conclusão da Praça de Ervedosa aponta para o final do ano, as Bateiras para cerca de mês e meio para estar concluída, e parte da obra da Ferradosa também já foi adjudicada. Em relação à 222-3, informou que esta semana lançaram já a obra, sem a executar, conforme acordado com a IP, esperando que haja concorrentes para iniciar já este ano.

Também em relação ao alargamento da estrada Pesqueira-Ferradosa, informou que, segundo os últimos contactos que teve com o Ministro das Infraestruturas e com o novo Presidente das Infraestruturas de Portugal, o projeto estará pronto, à partida, no final de novembro deste ano. Vão colocar a questão à APA da avaliação do impacto ambiental. Disse que tem insistido para que não coloquem sequer essa questão, mas aquilo que lhes é dito é que as coisas estarão em condições, em meados do próximo ano, de serem lançadas em termos de empreitada. Disse serem os dados de que dispõe, e que tem insistido sempre nesta questão, porque o tempo passa e as coisas têm que acontecer.

Quis, ainda, dar conta também que queriam que as obras no pavilhão para colocação de piso novo fossem feitas durante o Verão, mas houve uma série de complicações e problemas, relacionados com o empreiteiro e com falta de pessoal. No entanto, e segundo informações que lhe transmitem, durante essa semana, o Pavilhão teria novo piso.

Relativamente à candidatura (ganha) do Douro Cidade do Vinho em 2023, e no âmbito da CIM Douro, informou que estavam a preparar a programação.

Deu, ainda, conta que a ANQEP e a DGESTE visitaram também a Escola Profissional, com uma equipa de filmagem, para gravarem conteúdos de modos de aprendizagem dessa escola, por ter sido escolhida pela ANQEP e DGESTE como escola modelo, com boas práticas, sendo mais um facto de visibilidade do concelho, que deve orgulhar a todos.

Na questão da poupança de energia, e em conformidade com as recomendações que o Governo fez na questão da poupança de energia, disse que já estão a preparar algumas medidas que permitam também poupar energia. Quanto à taxa turística, o facto de ter falado disso no âmbito do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios é que despoletou esse assunto. Disse que já tinham enviado cartas e ofícios às diversas entidades. Os colegas da Associação

Nacional de Municípios em concordância e, numa perspetiva de solidariedade, interpelaram quem tinham de interpelar. Houve uma reunião com alguns autarcas, a pedido também da APDL (a APDL que é uma das preocupações) e também com o Turismo Porto e Norte, estando-se a avaliar a forma como vão ser cobradas, como vão ser repartidas, para que efeitos. Portanto, podem vir a gerar algum rendimento, não se sabendo se será uma taxa ou um serviço, mas o que é certo é que está na ordem do dia.

Deu conta de terem iniciado a programação cultural no que respeita ao cinema, que tinham encerrado no mês de agosto, porque havia uma série de atividades. E informou que se iriam retomar também as Noites com Vida no Museu, na última sexta-feira de cada mês.

Continuou informando sobre os apoios à educação dos jovens e às famílias (à imagem do que haviam feito no ano passado) e comunicou que iam retomar o centro de explicações e que haverá, ainda, uma pequena sala para acompanhamento e estudos. Relativamente aos vales escolares, informou que o apoio era de trinta e três mil seiscentos e sessenta euros, e que iam atribuir também as bolsas de mérito. Comparando com o período em que chegaram à Câmara, disse que, nessa altura, havia cinco bolsas de mérito e que, neste momento, há catorze, prevendo este ano atribuir vinte e quatro bolsas. Prosseguiu, dizendo que o mérito é dos alunos e tal deve ser premiado, sendo que estamos a falar num investimento de dezasseis mil e vinte e sete euros. Relativamente aos apoios sociais, a iniciar em Outubro, deviam seguir a mesma proporção do ano transato, ou seja, vinte e duas bolsas sociais, cujo valor rondará vinte mil e setecentos euros.

Quanto à educação, o Senhor Presidente informou, ainda, que vão atribuir o prémio para o melhor aluno referente à conclusão do Ensino Secundário, no valor de quinhentos euros, a atribuir em dezembro. Os prémios da Universidade Júnior foram aprovados, sendo que para o ano que vem foram aprovados 19 alunos, cujo valor se cifra em cerca de três mil e setecentos euros.

Relativamente à saída da Sra. Vereadora Lurdes Velga, explicou que inicialmente ela fez um requerimento a pedir a suspensão por motivos de trabalho. Perante a Lei só poderia pedir suspensão por motivo de doença. Para ser por motivos de trabalho teria de se ausentar do concelho e, portanto, não poderia estar cá. Então pediu a renúncia.

Quanto à Vindouro 2022, na sua opinião foi um evento que dignificou e orgulhou todos. Houve um número recorde de participantes, quer no concelho, quer relativamente a outras feiras das redondezas. Um número recorde de produtores, e se atentarmos às atividades económicas e Mercado Pombalino estamos a falar em mais de 200 expositores, 80 produtores de vinho, o que é muito bom! Relativamente à presença do Presidente da República e ao facto de ser ele a abrir uma feira de vinhos na Pesqueira (algo que só faz na Feira de Santarém) e em pleno discurso, dizer que é a maior feira de Vinhos do país tem significado. Terminou, agradecendo a todos os que participaram na Vindouro.

Deu nota também que foram atribuídos vales a nove crianças, no valor de onze

mil e quinhentos euros e referiu que iriam, entretanto, entregar (já tinham sido pedidos) vales no valor de mil euros a mais oito crianças.

Quanto à sinalização da paragem do autocarro em Pereiros disse só agora ter tido conhecimento desse facto, até porque nunca o Presidente da Junta lho transmitiu, talvez por também desconhecer, mas seria um assunto a considerar.

Respondendo ao Senhor Balça, relativamente à visita do Senhor Montenegro, disse saber que visitou o concelho, mas esclareceu que nem sequer foi abordado para o receber. Contou que o Presidente da CIM Douro, Carlos Silva, antes do Presidente do PSD vir, lhe perguntou se o recebia se ele viesse cá, tendo respondido que sim, pois recebe toda a gente, já recebera do PS, já recebera do PCP, receberá sempre toda a gente que queira vir, pois tem essa obrigação.

Para terminar aflorou a DRAPN e o Protocolo e, quanto ao facto de que já deveriam ter dado resultados, respondeu que têm apoiado (e muito) a população nas diversas áreas de atuação e noutras para as quais têm competências.

O Senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra e referiu-se à intervenção do Senhor Vítor Tomé, agradeceu a sugestão, mas alertou que há o Regimento da Assembleia que importa cumprir, senão este teria de ser alterado. E mais: se toda a gente pudesse introduzir as suas intervenções, iam fazer intervenções por cima das intervenções, sendo completamente impossível de controlar.

O Senhor Vítor Sobral pediu a palavra para intervir em defesa da honra. Começou por cumprimentar os presentes e, relativamente à intervenção do Senhor Balça, no sentido de valorizar o partido, propôs que o Senhor Balça seja igual a si próprio e reintegre as fileiras e, depois discutirão as agendas que houver a discutir. Contudo, para já, relativamente à agenda do PSD é o PSD que a gere. Ia, ainda, pronunciar-se relativamente à saída da Vereadora Lurdes Veiga, mas o Senhor Presidente da Assembleia entendeu que a intervenção do Senhor Vereador Vítor Sobral já não era em defesa da honra, e retirou-lhe a palavra.

A Senhora Maria de Lourdes, aludindo ao episódio e visando o Senhor Presidente da Câmara, disse que assistia a coisas lastimosas, uma vez que, nos dizeres da mesma, o Senhor Presidente da Assembleia interrompe constantemente qualquer coisa que a oposição diga e consentiu esse bate-papo, que não ficou nada bem, nem ao Senhor Presidente da Câmara, nem ao Senhor Presidente da Assembleia. O Senhor Presidente da Assembleia, em jeito de resposta, frisou que está ali para gerir a sessão e as intervenções.

A Senhora Maria de Lourdes pediu novamente para intervir, no período antes da ordem do dia, para recordar que após terem falado vários intervenientes, ficou por esclarecer a pergunta que havia feito ao Senhor Presidente sobre se o Centro de Estudos estava a funcionar ou não. Prosseguiu, dizendo que o Senhor Presidente divaga constantemente e que não respondeu ao que ela lhe havia perguntado. Segundo disse, é de lastimar o que aconteceu, e continuou, dizendo que o Senhor Presidente interrompe quando quer, que ataca forte e feio, parecendo que está a mandar em todos, parecendo que os outros são os analfabetos, pessoas sem educação, sem princípios sem nada, porque, na sua ótica, o Presidente é o único

autocrata que existe.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu à Senhora Maria de Lurdes, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara aconselhou a Senhora Maria de Lurdes a conhecer o Regimento e a Lei, caso contrário, continuaríamos a ter Assembleias fantásticas.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia, deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia.

Ponto 1 – Apreciação da Atividade Municipal/Informação do Auditor Externo referente ao 1.º Semestre de 2022.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de inscrições para este ponto agradecendo que, quer na apreciação, quer nas intervenções, fizessem uma separação dos temas.

Inscreveu-se o Senhor Vítor Tomé, dizendo que a sua intervenção em relação às atividades da Câmara visava, apenas, a Vindouro. Na sua opinião, a melhor Vindouro dos últimos tempos. No entanto, como se deve evoluir e fazer cada vez melhor, quis deixar duas ou três sugestões. Por um lado, e porque a questão da logística deve ter um custo elevado, propôs o prolongamento da duração da Vindouro. Em vez de ser três ou quatro dias, prolongar-se por mais tempo, e aproveitar a estrutura já montada. Haver um dia só com profissionais, torná-la mais evolutiva, mais madura, ou seja, ter mais dias, até porque isso não encarecia. Depois, tornar a Vindouro mais feira do vinho. Relativamente a este aspeto referiu ter estado num evento, na Régua, em que durante um fim-de-semana exclusivamente só se bebia vinho e as provas eram pagas. Exemplificou: compravam X provas, bem como o copo para as mesmas, mas só bebiam vinho. Havia sumos para quem não bebesse vinho. Ou seja, não havia outras bebidas. Na sua opinião, a Vindouro devia explorar esse conceito e era importante conseguir que, durante o resto da noite, as pessoas consumissem vinho.

Depois, e porque já tinha feito alusão a isso enquanto estava na oposição, é da opinião que os espetáculos, à imagem do que acontece na Feira de São Mateus, tivessem um custo, a partir das 18h ou 19h, para que todos aqueles que estivessem no recinto (só após essa hora) trouxessem um retorno económico face à Vindouro. Na sua opinião, a partir das 19 ou 20h, deveria haver um custo, como acontece na maioria dos sítios, porque as coisas têm custos e, se a ideia é ter algum retorno, quem não esteve na Pesqueira durante o dia e só vem para o espetáculo deveria pagar um bilhete, pois dois euros que fossem já trariam um retorno imediato.

De seguida tomou a palavra o Senhor Joaquim Carvalho, também para se pronunciar em relação às várias atividades do Município nos últimos três meses. Começou por lembrar que são bastantes atividades, mas discordou do Senhor Vítor Tomé quanto ao facto de a Vindouro ser a mais importante. No seu entender, a Vindouro é importante, mas a atividade mais importante e que merece destaque é o apoio que o executivo está a dar aos jovens, e neste caso, às famílias. Prosseguiu dizendo que, pelo que se vai vendo na Comunicação Social, o final de

2022 e o ano de 2023 não vai ser nada fácil para as famílias portuguesas, sendo que este tipo de ações são apoios efetivos, são apoios reais. Poderá ser discutível se é pouco ou se é muito, mas muito ou pouco, entra na carteira das famílias de S. João da Pesqueira e, certamente, depois, entra também nas caixas dos comerciantes de S. João da Pesqueira. Apesar de não serem todos os agentes económicos a beneficiar com o vale escolar, parte-se do princípio que é para gastar em material para a escola. Como está tudo a aumentar, sugeriu que, dentro das possibilidades da Câmara, se faça um esforço financeiro, porque a despesa começa quando começa a escola, sendo que os gastos se prolongam até ao final do ano. Continuando, e perspetivando um ano 2023 difícil, o Senhor Joaquim Carvalho exortou a Câmara a fazer um esforço, por considerar a medida eficaz e, na opinião do mesmo, o melhor investimento que se pode fazer.

Depois, congratulou o executivo pela retoma das Férias Desportivas, uma atividade de extrema importância, que de certa forma alivia os pais nas férias escolares, pois durante 15 dias os pais ficam descansados porque sabem que os meninos estavam acompanhados com os monitores, professores e com alimentação devidamente equilibrada.

Em relação à Vindouro, o Senhor Joaquim Carvalho deixou duas notas: a primeira, em relação à Feira dos Vinhos (que continua a ser a principal atividade desenvolvida ao longo destes três dias) dando os parabéns a quem organizou a feira e conseguiu 80 expositores, em época de vindima. Na sua opinião, se o evento acontecesse noutra época do ano, se calhar em vez de 80 expositores teríamos, até, 160! A segunda nota serviu para sugerir que se criasse uma manhã, ou um dia, apenas para profissionais.

Terminou a sua intervenção sem tecer grandes comentários à parte da festa da Vindouro, porque infelizmente não estivera presente em nenhum dos momentos de festa, por fazer parte do primeiro BTT, uma outra atividade que compôs o cartaz da Vindouro e engrandeceu a mesma.

Usou da palavra a Senhora Lourdes Marinho que, relativamente à atividade da Câmara, considerou tudo muito bem, não lhe admirando nada, porque as Câmaras têm que trabalhar e pôr os gabinetes a trabalhar.

Em relação à Vindouro referiu nada ter a dizer, pois não era daquelas pessoas bajuladoras, que dizem que esteve tudo muito bem, parabéns, tal e coisa... Realçou, antes, que são atividades que se fazem (como já se faziam antes) e, apesar de darem projeção ao Concelho, e de ser uma feira que conta já com muitas edições, muitas vezes (para cativar a população) emprega-se dinheiro mal! E porquê? Porque, no seu entender, um cantor leva no mínimo trinta e cinco mil euros – que vai a quarenta e nove mil – como no caso do Senhor Tony Carreira, considerando que há gastos demasiados em certas situações.

Prosseguiu, referindo outra situação que foi muito desagradável e que realmente aconteceu (tudo bem o Senhor Presidente da República veio cá, é considerado um senhor de afetos e está em todas) também às vezes não concordo porque eu sou apartidária, estou à vontade, não concordo porque muitas vezes também já

faz mais de comentador político e jornalístico do que até a parte da Presidência da República, mas isto cada um faz o que quer. Também aproveitou para expressar o seu desagrado relativamente ao jantar Pombalino, considerando de mau tom que estivesse marcado para uma hora e tivesse começado duas horas e meia quase três para além da hora marcada.

Quanto ao resto, soltou a deixa para fazerem como entenderem para projetar o concelho, mas referiu que seria bom que gastassem menos, pois a Vindouro foi orçada em 350 mil euros, mas teria ultrapassado esses valores.

Questionou, ainda, se a atividade com a comitiva francesa já tinha resultado na Geminção ou se foi só para irem visitar, uma vez que a Câmara também tinha ido a França.

Relativamente à situação financeira, alegando que gostava muito de fazer contas (e até lhe tira sempre a prova dos nove, pois era Professora à maneira antiga, que é para não se enganar) fez o reparo que o saldo de operações orçamentais em 21/09 era de quinhentos e trinta e sete mil duzentos e oitenta e três euros e sessenta e um cêntimos. Mas, em junho, era um milhão seiscentos e noventa e nove mil euros e cinquenta e um cêntimos. E, segundo disse, nessa altura falou sobre esse saldo e o Senhor Presidente havia respondido que era conforme as faturas entravam, sendo que concordava com isso tudo. Concordava que as faturas não entram logo e, portanto, tem de haver uma contabilidade nos dias seguintes, o que gera sempre modificações... No entanto, questionou a diferença em três meses: "não me digam que foi só pagar faturas, que estavam assim tantas faturas em atraso"?! E referiu que a diferença de junho para agora era de um milhão seiscentos e noventa e nove mil euros e cinquenta e um cêntimos.

Prosseguiu no tema da situação financeira e frisou que, na alínea B, a dívida baixou cento e trinta e dois mil quatrocentos e quarenta e dois euros e quarenta cêntimos, em relação a junho. No entanto, na alínea e), as outras dívidas em 21/09 aumentaram vinte e seis mil e setenta e sete euros e sessenta e cinco cêntimos, o que considerou um bocadinho desfasado, principalmente no saldo de operações orçamentais. Além do mais, na sua perspetiva, o total de dívidas a terceiros não estaria correto, pois não contemplava o que foi autorizado em junho e que, com juros, fica em novecentos e cinquenta mil duzentos e oitenta e quatro euros e zero cêntimos.

Apesar dos gastos, notou que a dívida a fornecedores só baixou (diz só, por achar que em cima há um valor muito alto no saldo de operações) cento e trinta e dois mil euros e quarenta cêntimos, voltando a realçar que há um desfasamento muito grande na primeira alínea do saldo de operações orçamentais.

Não havendo mais inscrições, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara. Respondendo ao Senhor Vítor Tomé, alertou para o facto de, em tempos idos a Vindouro ter estado quase morta e houve um volte-face de evolução, que dá trabalho, pois o dinheiro, por mais que exista, não traz o Presidente da República, nem é o dinheiro que traz oitenta expositores, mas antes o trabalho. Considerou pertinentes as sugestões que apresentaram, prometendo tê-las em conta para

fazer uma próxima Vindouro ainda melhor.

Respondendo à Senhora Lourdes Marinho, o Senhor Presidente informou que o protocolo de geminação estava marcado para novembro.

Quanto às questões financeiras, o Senhor Presidente considerou que nada do que a Senhora Lourdes Marinho referiu fazia sentido. Esclareceu, dizendo que estão a acontecer muitas obras pelo concelho, que estão a pagar obras, e face a isso, o que é real no dia de hoje, amanhã está alterado! Alegou que o problema advinha do excesso de informação, comparando com tempos passados em que a informação financeira nem se percebia. Agora, porém, tinham a informação toda. Confirmou que o Saldo que está na informação é o correto. Em relação aos pagamentos, há faturas que se pagam mais cedo, outras mais tarde. Em dezembro o saldo iria depender dos pagamentos que se fizerem. Frisou que o importante é que baixou a dívida, as faturas vão sendo pagas, bem como os empréstimos.

A Senhora Marcolina Sequeira pediu a palavra em defesa da honra para dizer à Professora Maria de Lourdes, pessoa que conhece há muito tempo e com quem trabalhou, que respeita e a quem reconhece muitas competências, mas também sabe que a Senhora Maria de Lourdes, mesmo estando do mesmo lado, muitas vezes está contra, quanto mais estando do outro lado...

Continuou dizendo que, na qualidade de deputada da Assembleia do Grupo Parlamentar PNT, havia sido várias vezes chamada de (como ainda agora acontecera) bajuladora. Realçou que não era bajuladora. Antes dava a sua opinião, pois tinha assumido o cargo para dar ali a sua opinião, dizer aquilo que pensa. Vincou que respeita sempre que a Senhora Maria de Lourdes ou algum deputado usam da palavra e, portanto, não admitia que lhe chamassem bajuladora, pois não estava ali para agradar a ninguém, nem estava ali instrumentalizada. Antes, tem opinião – que vale o que vale – da qual podem discordar! Pediu que não a chamem de bajuladora, pois o seu respeito para com a Senhora Maria de Lourdes acaba quando esta a começa a desrespeitar, quando diz que vai para ali instrumentalizada e que está sempre do lado do Executivo, pois não vai para agradar a ninguém, nem vai com encomenda feita! O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para quem quisesse intervir na segunda parte do ponto 1.

O Senhor Presidente esclareceu o ponto, dizendo que a elaboração desses relatórios são obrigação legal, tratando-se a meio do ano de uma previsão. Na prestação de contas, depois, aí sim teriam os dados concretos do que foi gasto e do endividamento. Portanto, pediu que olhassem para o relatório como previsão, como estimativa.

Aludiu à questão da lógica patrimonial e orçamental, que faz toda a diferença, e que às vezes faz com que nos confundamos. Disse, de forma telegráfica, que de acordo com o Relatório, o Senhor Revisor salienta o elevado grau de receitas cobradas, que foram superiores às despesas e, portanto, cumpriam o princípio do equilíbrio orçamental. Prosseguiu, dizendo que existe sempre a nota do controlo

interno, também o SNC-AP, mas não têm ali qualquer relatório de execução, qualquer relatório de avaliação. Porque, para se controlar internamente, o pessoal teria de se controlar a eles próprios, avaliando o próprio trabalho. Ou, em alternativa, teriam de contratar terceiros para avaliarem aquilo que fazem.

Relativamente à contabilidade de gestão, apesar de irem fazendo alguma coisa (como no caso das águas, em que já têm noção do que gastam e do que custa fazer), disse ter até ao final de 2023 para o concluir.

Entrando na análise patrimonial esclareceu que os empréstimos bancários aumentaram em quinhentos e trinta e cinco mil euros, fruto do empréstimo contraído no mandato anterior, e que foi aprovado pela Assembleia.

Relativamente às dívidas a fornecedores, esclareceu que diminuíram em quinhentos mil euros, o que é bom, mas aumentaram em cento e vinte e dois mil as dívidas a fornecedores de investimentos, porque as obras grandes estão a acontecer e os autos estão a ser pagos.

Relativamente ao Património líquido, o Senhor Presidente falou de um aumento do Património na ordem dos oitocentos e três mil euros. Isto na lógica patrimonial, uma vez que o resultado líquido previsível do período é de um milhão e setenta e quatro mil euros.

No que concerne ainda ao primeiro semestre, e no tocante às vendas e prestações de serviços de águas e saneamento, recolha de lixos, etc., referiu que houve um aumento de 81%.

Informou, ainda, que as transferências correntes do Estado para o Município aumentaram cerca de treze mil euros. O Senhor Presidente esclareceu que as transferências do Estado eram de setecentos mil euros, mas como ainda não tinha sido aprovado o orçamento de estado (devido ao novo Governo) estavam ainda a receber mensalmente o que recebiam no ano transato.

Relativamente aos serviços prestados ao Município, que diminuíram cinquenta e nove mil euros, encontram justificação no facto de contratarem menos serviços externos e fazerem mais com os serviços municipais, que fazem aumentar o pessoal.

Relativamente à diminuição de transferências na ordem dos 5%, informou que apenas dizem respeito a Associações e IPSS's, pois depende de quando são gastos, uma vez que os apoios são exatamente os mesmos.

Nos custos com o pessoal, o Senhor Presidente aludiu à lógica patrimonial, pois na análise orçamental - de resto, a que mais interessa - verificou-se nos custos um aumento de 4% na lógica patrimonial, pesando o pessoal 45%, ou seja, cerca de oito milhões de euros, mas na lógica orçamental situa-se nos quinze milhões. Segundo disse, aquela que interessa é a lógica orçamental e o pessoal pesa quase 30%, uma vez que, no ano anterior, houve um aumento de lugares no quadro, aumento do salário mínimo, progressão das carreiras, 0,9% de aumento de todos os salários e com as horas extraordinárias que são prestadas no Centro de Saúde (que está aberto até à meia-noite) e pelos assistentes operacionais.

Referiu estar patente, na página 12, nas despesas correntes: despesas com pessoal

na ordem dos cento e trinta e quatro mil novecentos e sessenta e três euros, sendo que esse desvio orçamental revela que, face aquilo que se previa no orçamento tinham um desvio de menos cento e trinta e quatro mil euros a julho de 2022. Desvio esse justificado pelo facto de terem regido a previsão pelo mapa de pessoal e, entretanto, terem criado lugares novos e não terem, ainda, ocorrido contratações, originando um desvio (para menos, face ao orçamentado), relativo a gastos com o pessoal.

Relativamente às transferências correntes notou um aumento na despesa de setenta e três mil novecentos e quarenta euros, sendo que justificou com os apoios que são dados às famílias e às IPSS's.

Depois, nas despesas de capital, estando a falar em investimentos, referiu que o investimento que foi pago até ao final do primeiro semestre mais que duplicou relativamente ao período anterior. Classificou esse facto como muito bom, sinal de muita obra, muito investimento, com pagamento de muita faturação. Aludindo à página 13, o Senhor Presidente disse que o auditor destaca um aumento de setecentos e onze mil quatrocentos e noventa e um euros na rubrica de bens de capital, refletindo a grandeza de investimento durante o primeiro semestre.

Esclareceu que, em julho, o Município de S. João da Pesqueira apresentou um aumento da receita cobrada de um milhão quatrocentos e sete euros, ou seja, cerca de 21%, sendo que notou serem impostos em águas e em equipamentos.

Relativamente aos principais rácios e indicadores, o Senhor Presidente referiu o que o Auditor diz no documento: que a performance do Município é muito boa, cruzando com o convencionado na página 16, onde diz que (no que se refere aos gastos totais) a performance do Município se apresenta superior à média dos Municípios. Observou, porém, que a maioria dos Municípios depende do Orçamento de Estado. Assim sendo, a média nacional é calculada com base nas receitas totais de todos os concelhos (de todo o país) para, depois, se perceber qual a dependência e qual a dívida. Segundo esta lógica, e comparativamente a Lisboa ou Porto, a média é prejudicial ao Município. Porém, citou a página 9, onde o Auditor afirma que o Município cumpre o princípio do equilíbrio orçamental.

A Senhora Maria de Lourdes pediu de novo a palavra, para desfazer um equívoco. Dirigindo-se à Sra. Professora Marcolina, por quem disse ter muita consideração, realçou que não chamou bajulador a ninguém. Apenas tinha dito que ela não era bajuladora, referindo-se ao seu feitio, mas não dissera que os outros eram.

Quanto à informação do Auditor Externo, considerou que o Sr. Presidente estava muito bem documentado, até porque tem muitos auxiliares na Câmara que lhe preparam o assunto, e, portanto, está atento e sabe defender-se. No entanto, disse também não ser burra na matéria e considerou que as primeiras páginas do Auditor externo são cópia da anterior, uma vez que teve o cuidado de ler ambos. Apontou que, no ponto cinco, o Auditor refere que "o nosso trabalho foi substancialmente mais reduzido" e, finalmente diz "não expressamos uma opinião de auditoria completa ou limitada sobre as referidas contas", reportando-se "o

trabalho a 30 de junho", alegando que estavam em setembro e o Auditor deveria ter feito um esforço para, pelo menos, reportar essas contas até 10 de setembro, por exemplo. Na sua opinião, só assim poderia ser feita uma análise mais justa.

Articulando sobre os impostos, a Senhora Maria de Lourdes notou que o Senhor Presidente havia dito que o concelho dispõe de poucas verbas, mas quis contrariar tal afirmação, vincando o facto de o Auditor referir que "o aumento da receita cobrada é de um milhão quatrocentos e sete mil euros e vinte seis cêntimos", pois aumentaram impostos como IMI, IUC e IMT, bem como as transferências do Estado, que aumentaram em treze milhões.

Alegou ainda que os custos com o pessoal aumentaram cento e trinta e cinco mil trezentos e vinte e quatro euros, que representam 45% dos gastos totais, superior à média dos Municípios, que é de 33%. Terminou referenciando as despesas de capital, que aumentaram 42%, na rubrica aquisição de bens de capital, o que significa setecentos e onze mil quatrocentos e noventa euros.

Visando o Senhor Presidente, a Senhora Maria de Lourdes, lembrou que ele se socorre do passado para denegrir, mas esquece-se que fez parte desse ónus. Segundo a mesma, desde o ano de 2005 até hoje, quer como Vereador, quer como Presidente da Assembleia, sendo que, se há capital em dívida e se há contas mal feitas, também se deve a ele, uma vez que, na sua opinião, ela apenas tinha estado na Assembleia e não tinha responsabilidade absolutamente nenhuma em relação a dívidas e orçamentos, pois ou se abstinha ou votava contra.

Terminou dizendo que entende a Assembleia como um convergir dos interesses de todos, de modo a se chegar a um consenso e a decisões que sejam produtivas para os Municípios, como toda a vida defendera.

Havia-se inscrito e tomou a palavra o Senhor Joaquim, começando por dizer que esta análise em junho vale o que vale, mas a Lei obriga a tal. Em relação à execução orçamental, salientou o elevado grau de execução das receitas correntes e das receitas de capital. Segundo disse, e citando o Sr. Nuno Filipe Lopes Moutinho, as receitas de capital cobradas foram superiores às despesas correntes, cumprindo assim o princípio do equilíbrio orçamental das receitas e despesas correntes na fase de execução.

Prosseguiu, lendo que, no ponto 15, o fornecimento e serviços externos diminuiu 4% nos primeiros seis meses, face ao mesmo período do ano anterior. E acrescentou que as rubricas que registavam uma maior diminuição eram os subcontratos e trabalhos especializados, tendo a explicação do porquê do aumento dos custos com pessoal sido dada pelo Senhor Presidente, justificada pela entrada dos funcionários dos Ministérios da Educação e da Saúde. Continuou no uso da palavra, fazendo alusão ao endividamento. Na sua opinião, se há dívida, tem havido rigor na gestão da mesma e na aplicação do dinheiro que se vai buscar à banca, servindo-se do que o Revisor Oficial de Contas tinha escrito: "do quadro acima verificamos que a dívida total do Município é no montante de sete milhões quatrocentos e trinta e um mil e quatrocentos e quarenta e oito euros, não ultrapassando o seu limite de onze milhões setecentos e noventa e um mil e

quinhentos e sessenta e nove euros, ou seja, uma margem positiva de 36,96% do primeiro semestre do ano corrente”.

O Sr. Presidente da Câmara interveio, realçando o facto de o relatório se referir ao primeiro semestre, e esclareceu a Senhora Maria de Lourdes (que queria o relatório até setembro), lembrando que a Lei estipula que o relatório tem de ser referente ao primeiro semestre.

Quanto à questão do pessoal, o Senhor Presidente lembrou que a Senhora Maria de Lourdes era contra a entrada do pessoal, que era contra a entrada do pessoal da descentralização de competências, que era contra substituir as prestações de serviços externos (que até fazem diminuir os custos) e que era contra esta forma de estar. Nos dizeres do mesmo, e visando a oposição, preocupa-os mais isso, do que perceberem que se estão a ter mais gente a trabalhar, gente do concelho, contratam menos serviços externos. Prosseguiu dizendo que, enquanto Presidente, era a sua visão e a sua maneira de trabalhar.

Relativamente às contas e ao facto de a Senhora Maria de Lourdes não acreditar nos números que a Câmara apresenta, nem naqueles que estão escritos, o Senhor Presidente explicou que, na lógica orçamental, o peso do pessoal é de 29,30%, ao invés dos alegados 45%. Para tal, diz, basta fazer as contas, dizendo que a página 13 é explícita em relação a isso, tendo explicado que devemos considerar a despesa com pessoal, na ordem de um milhão, novecentos e vinte e nove, seiscentos e oitenta e dois euros, e dividir pelo total das despesas de seis milhões trezentos e oito mil, obtendo os tais cerca de 30%.

Relativamente às demais considerações, afirmando não estar a ser irónico, assinalou que as primeiras intervenções advêm primeiramente da Assembleia. Ele só responde depois. Assim, fez notar que a forma como nos dirigimos e abordamos os outros faz com que os outros reajam de determinada maneira. Assim, e porque a Senhora Maria de Lourdes fala antes, sugeriu que se abordasse o Presidente da Câmara (mesmo sendo oposição) de outra forma, mais correta, também o Presidente da Câmara lhe responderia igualmente de forma mais correta.

Agradeceu ao Senhor Joaquim Carvalho pelas palavras proferidas, sendo que, relativamente ao relatório do Auditor, todos poderiam dar os parabéns à Câmara se atentassem na frase “no que se refere aos rácios de rendimentos totais sobre os gastos totais a performance do Município apresenta-se superior à média dos Municípios” e veriam que, ali, está vertido quase tudo. Ou seja, pegando em todos os dados, mesmo com todas as dificuldades, pegando no facto haver poucas despesas ou muitas, de haver muito pessoal ou pouco, tudo se resume no facto de a performance ser superior à dos restantes Municípios portugueses.

A Senhora Maria de Lourdes quis tomar novamente a palavra, alegando defesa da honra, e dirigindo-se ao Sr. Presidente, disse não admitir que seja ele a primeira pessoa a plicar os outros, e depois a acuse (a ela, ou acuse os outros) de má-fé. Entende que o Senhor Presidente adotou o sistema de se defender com os dados positivos, sendo que ela havia optado por uma posição que visava apontar os pontos negativos para que eles se transformem em positivos.

Em relação à postura, disse não admitir que a façam de imbecil ou de parva, coisa que afirmou nunca ter sido, e referiu que chegou sempre onde quis, sem se servir da política, nem de nada para chegar mais longe. Prosseguiu, dizendo que não visava ninguém em particular, e quando usava a palavra bajulador não se referia especificamente a ninguém. Afiançou não ser bajuladora e não admitir lições de moral, nem lições de inteligência ou coisa do género, nem tão pouco comparações para a diminuir, sendo que para responder se serviu de coisas referenciadas pelo Auditor externo, aproveitando as coisas que mais lhe interessavam e, assim, vincar a sua posição.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que pudesse responder à Senhora Maria de Lourdes. O Senhor Presidente da Câmara disse que não respondia, uma vez que a Senhora Maria de Lourdes já não tem nada para aprender.

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o primeiro ponto.

Ponto 2 - Análise, discussão e votação da dissolução da Promopesqueira - Associação para o Desenvolvimento Local e Turístico de São João da Pesqueira.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto e passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara explicou, dizendo que, como era sabido, no anterior mandato tinha sido criada a Associação Promopesqueira. Essa questão já tinha sido ali debatida, não valendo a pena debruçar-se sobre o assunto. Contudo, e porque a questão estava resolvida, informou também que o imóvel já era propriedade da Câmara, tendo sido feita a escritura. Ora, sendo assim, não fazia sentido a existência dessa Associação, uma vez que tinha deixado de haver o propósito da sua existência e pediu autorização para a extinção da mesma.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para debate deste ponto.

Não havendo inscrições, o mesmo foi colocado à votação, sendo aprovado por maioria com a abstenção da Senhora Cláudia Martins.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta do ponto 2 a fim de ter eficácia externa, o que foi aprovado por unanimidade.

ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às 16 horas e 26 minutos, agradecendo a presença de todos e desejando um bom regresso a casa. Relembrou que quem necessitasse de justificação de falta se deveria dirigir à Mesa.

Dos trabalhos em agenda foi lavrada a presente ata, que depois de lida, foi posta à votação e aprovada por maioria e irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

O Presidente da Assembleia Municipal

Edirols Paulo da Costa Fidalgo

1.º Secretário

O 2.º Secretário
